

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.367.627 - SC (2013/0035306-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE** : **EVA MARIA SEITZ**  
**ADVOGADOS** : **GUILHERME BELEM QUERNE E OUTRO(S) - SC012605**  
                  **LUCIANA DÁRIO MELLER E OUTRO(S) - SC012964**  
                  **GREICE MILANESE SÔNEGO OSORIO E OUTRO(S) - SC015200**  
                  **DANIELA DE LARA PRAZERES E OUTRO(S) - SC012204**  
**EMBARGADO** : **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**REPR. POR** : **PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

### **DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por EVA MARIA SEITZ, a decisão de minha lavra, assim fundamentada:

"Trata-se de Recurso Especial, interposto por EVA MARIA SEITZ, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

'ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. LEI 11.091/05. ENQUADRAMENTO. CAPACITAÇÃO. INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO.

1. A Lei nº 11.091/05 impôs que a capacitação profissional, para fins de enquadramento na carreira, deve ter sido realizada após o ingresso do servidor no cargo. O curso iniciado antes do ingresso do servidor público, ainda que concluído posteriormente, não pode ser considerado para o fim pretendido, uma vez que o objetivo da norma é especificamente o incentivo à realização de novas atividades de capacitação, para fins de qualificação profissional, após o ingresso no cargo.
2. Não é possível reconhecer relação direta entre o mestrado em Engenharia de Produção e o ambiente organizacional de ciências da saúde' (fl. 217e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 5º, V, 11 e 12, I, da Lei 11.091/2005, sustentando que "a autora havia iniciado o curso de capacitação antes do ingresso em seu cargo, sendo que a conclusão do curso somente se deu após o ingresso no cargo" (fl. 227e) e que "não se pode admitir que Dissertação de Mestrado intitulada 'Biblioterapia: Uma Experiência com Pacientes

internados em Clínica Médica', seja considerada de relação indireta com Ambiente Organizacional Ciências da Saúde, simplesmente porque cursada na Engenharia de Produção" (fl. 230e).

Por fim, requer o provimento do recurso.

Contrarrazões a fls. 238/242e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 245/246e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrente, objetivando a: b) declaração que a titulação de mestrado obtida pela autora com a dissertação 'Biblioterapia: Uma Experiência com Pacientes internados em Clínica Médica', tem relação direta com Ambiente Organizacional Ciências da Saúde; c) enquadramento da autora no padrão de vencimento D, IV, por conta das 300 horas de curso de capacitação, conforme anexo da Lei 11.091/2005, com condenação ao pagamento das diferenças entre o vencimento pago e o devido, em parcelas vencidas e vincendas, bem como seus reflexos, tudo com juros e correção monetária na forma da Lei, observada a prescrição" (fl. 10e).

Julgada improcedente a demanda, recorreu a autora, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, observa-se que a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que "em que pese a conclusão do curso tenha ocorrido após a entrada em exercício, penso que a correta interpretação do dispositivo legal em questão leva à conclusão de que o curso iniciado antes do ingresso do servidor público não pode ser considerado para o fim pretendido, uma vez que o objetivo da norma é especificamente o incentivo à realização de novas atividades de capacitação, para fins de qualificação profissional, após o ingresso no cargo" (fl. 215e).

Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'.

A propósito:

**'AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE**

INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

**3. A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido' (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

No mais, consta do acórdão atacado que 'em que pese a dissertação tenha se voltado a área relacionada à atividade que desempenha, isso não é suficiente para que se reconheça a relação direta entre o mestrado em Engenharia de Produção e o ambiente organizacional Ciências da Saúde' (fl. 216e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ('Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários

sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC').  
I." (fls. 259/261e).

Inconformada, sustenta a parte embargante que:

"Há omissão na decisão.

Em primeiro item, a decisão embargada anota:

'(...) observa-se que a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que "em que pese a conclusão do curso tenha ocorrido após a entrada em exercício, penso que a correta interpretação do dispositivo legal em questão leva à conclusão de que o curso iniciado antes do ingresso do servidor público não pode ser considerado para o fim pretendido, uma vez que o objetivo da norma é especificamente o incentivo à realização de novas atividades de capacitação, para fins de qualificação profissional, após o ingresso no cargo' (fl. 215e). Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'.

Há omissão na decisão, porém, eis que, referido fundamento foi sim impugnado no REsp aventado, senão vejamos o trecho do recurso que questiona este fundamento da decisão recorrida:

Especificamente em relação ao pedido de enquadramento no padrão remuneratório D-IV, em virtude da capacitação da autora, o douto Colegiado *a quo*, com fundamento no art. 5º, inc. V, da Lei nº 11.091/2005, negou provimento à apelação da autora, sob o fundamento de que 'a lei impôs que a capacitação profissional, para fins de enquadramento na carreira, deve ter sido realizada após o ingresso do servidor no cargo'.

Como dito na inicial e já reconhecido no acórdão recorrido, a autora havia iniciado o curso de capacitação antes do ingresso em seu cargo, sendo que a conclusão do curso somente se deu após sendo que a conclusão do curso somente se deu após sendo que a conclusão do curso somente se deu após o ingresso no cargo

o ingresso no cargo o ingresso no cargo o ingresso no cargo. Vejamos o trecho do acórdão que bem explicita o período de conclusão do curso e o ingresso da autora no cargo junto à recorrida:

(...) No caso, foi determinado à autora pela ré, à época do seu ingresso, a realização do curso de capacitação denominado 'Orientação e Treinamento para Auxiliar operacional de Serviços Diversos', ministrado pela própria UFSC. O curso perdurou entre 10/01/1980 e 30/03/1980, e a autora entrou em exercício em 05/03/1980 (Grifamos – evento 5)

Portanto, no momento da capacitação da autora, esta já havia ingressado em seu cargo junto à recorrida. O fato de a recorrente ter iniciado o curso antes do ingresso no cargo não desqualifica sua capacitação.

Observa-se que a Lei nº 11.091/2005, em seu art. 5º, inciso V, não exige que o curso de capacitação tenha se iniciado e concluído após o ingresso. Vejamos a letra da Lei:

Art. 5º Para todos os efeitos desta Lei, aplicam-se os seguintes conceitos:

(...) III - padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação;

(...) V - nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional em decorrência da capacitação profissional em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso;

A Lei determina que a capacitação seja realizada após realizada após realizada após o ingresso. E assim ocorreu em relação à recorrente. Esta participou de parte do curso de capacitação durante o exercício do cargo e somente concluiu sua capacitação após o ingresso no cargo.

Portanto, ao negar à recorrente o enquadramento por capacitação, a decisão recorrida viola o dispositivo de lei

federal, especificamente o art. 5º, inc. V, da Lei nº 11.091/2005. Ademais, cabe destacar que a recorrente iniciou o curso por determinação da própria ré. A ré determinou a realização do curso, desfrutou dos conhecimentos adquiridos pela recorrente para o exercício do cargo, para depois negar-se ao devido enquadramento e respectivo pagamento da capacitação obtida pela recorrente.

Se o objetivo da norma 'é especificamente o incentivo à realização de novas atividades de capacitação, para fins de qualificação profissional, após o ingresso no cargo' (Acórdão – evento 5), a recorrente alcançou tal objetivo. Como dito, a conclusão da capacitação se deu após o ingresso no cargo, sendo inegável que todos os benefícios da capacitação foram usufruídos pela recorrida com o exercício da função pela recorrente.

Dessa forma, resta evidenciada a violação à Lei Federal, devendo ser conhecido e provido o presente recurso para reconhecer o direito da recorrente ao enquadramento por capacitação, devendo o padrão de vencimento da recorrente constar como D, IV, conforme anexo da Lei 11.091/2005. Com base no mesmo fundamento, também devidas as diferenças entre o vencimento pago e o devido, com seus reflexos, juros e correção monetária na forma da lei.

Neste sentido, deve ser suprida a omissão apontada.

Importante ressaltar, desde já, que no ponto não há que se falar em reavaliação do conjunto probatório, eis que não há discussão sobre o fato de que o curso foi iniciado antes do ingresso da servidora pública na UFSC, bem como a conclusão do curso tenha ocorrido após a entrada em exercício.

Em segundo item, a decisão embargada refere que 'consta do acórdão atacado que 'em que pese a dissertação tenha se voltado a área relacionada à atividade que desempenha, isso não é suficiente para que se reconheça a relação direta entre o mestrado em Engenharia de Produção e o ambiente organizacional Ciências da Saúde' (fl. 216e). Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ

Novamente, há omissão.

Ocorre que, desnecessário reavaliação do conjunto probatório quando o próprio acórdão traz e discute os elementos e provas necessárias a análise do pedido.

Vejamos a discussão no ponto, no REsp:

Ora, não se pode admitir que Dissertação de Mestrado intitulada 'Biblioterapia: Uma Experiência com Pacientes internados em Clínica Médica', seja considerada de relação indireta com Ambiente Organizacional Ciências da Saúde, simplesmente porque cursada na Engenharia de Produção.

Aliás, o próprio acórdão recorrido reconhece a relação direta entre a Dissertação da recorrente e a atividade que desempenha no ambiente organizacional Ciências da Saúde – '(...) Em que pese a dissertação tenha se voltado a área relacionada à atividade que desempenha (...)'. Contudo, nega o direito da recorrente pelo simples de fato do curso de mestrado ter sido realizado na Engenharia de Produção.

Ora, é inegável que o assunto abordado e o trabalho desenvolvido guardam relação direta e importante com o dia-a-dia do cargo ocupado pela recorrente, que cujas atividades é o cuidado de doentes. Não se pode admitir que a administração lhe furte tal qualidade pelo simples fato do Mestrado ter sido concluído na Engenharia de Produção.

E se o próprio julgado reconhece a relação direta entre a dissertação de mestrado da autora e o trabalho por ela exercido junto à recorrida, é devido o reconhecimento do enquadramento e o respectivo pagamento do incentivo à qualificação ora pleiteado, restando evidenciada a violação aos arts. 11 e 12, inc. I, da Lei 11.091/2005, que expressamente autorizam o pagamento do incentivo à qualificação em percentual maior, quando reconhecida a relação direta entre a área de conhecimento e à atividade exercida pela recorrente.

O recurso não nega que o mestrado foi realizado na engenharia de produção, bem como que este foi o fator que determinou o afastamento da relação direta. Por outro lado, inegável que o acórdão reconhece que a dissertação a dissertação se voltou a área relacionada à atividade que desempenha.

Neste sentido, repita-se, não há que reavaliar o conjunto probatório dos autos para análise dos argumentos e violação apontados no REsp

aventado.

Por fim, ainda que se mantenha a conclusão de necessidade de reexame de prova no ponto, do que discorda a embargante, é possível a análise do pedido principal, para deferir o enquadramento da autora no padrão de vencimento D, IV, por conta das 300 horas de curso de capacitação, conforme anexo da Lei 11.091/2005, com condenação ao pagamento das diferenças entre o vencimento pago e o devido, em parcelas vencidas e vincendas, bem como seus reflexos, tudo com juros e correção monetária na forma da Lei, observada a prescrição. Neste sentido, devem ser supridas as omissões referidas" (fls. 264/268e).

Por fim, requerem "sejam recebidos os embargos e dele conhecendo, lhe de provimento para suprir as omissões apontadas" (fl. 269e).

Intimada, a parte embargada deixou transcorrer o prazo para impugnação ao recurso (fl. 276e).

**A irresignação não merece acolhida.**

De início, seja à luz do art. 535 do CPC/73, ou nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Na lição de JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, "há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício (...), ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico da matéria submetida à sua cognição, em causa de sua competência originária, ou obrigatoriamente sujeita ao duplo grau de jurisdição (art. 475), ou ainda mediante recurso, inclusive quanto a ponto acessório, como seria o caso de condenações em despesas processuais e honorários advocatícios (art. 20), ou de sanção que se devesse impor (por exemplo, as previstas no art. 488, nº II, e no art. 529)" (*in* Comentários ao Código de Processo Civil, Volume V, Forense, 7ª edição, p. 539).

Constata-se a contradição quando, no contexto do acórdão, estão contidas proposições inconciliáveis entre si, dificultando-lhe a compreensão.

Assim, a contradição que rende ensejo à oposição de Embargos de Declaração é aquela interna do julgado, cumprindo trazer à luz o entendimento de PONTES DE MIRANDA acerca do tema, **in verbis**:

"A contradição há de ser entre enunciados do acórdão, mesmo se o enunciado é de fundamento e outro é de conclusão, ou entre a ementa e o acórdão, ou entre o que vitoriosamente se decidira na votação e o



teor do acórdão, discordância cuja existência se pode provar com os votos vencedores, ou a ata, ou outros dados" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo VII, 3ª edição, Forense, 1999, p. 322).

Para ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO CINTRA, "a rigor, há de se entender que o erro material é aquele que consiste em simples *lapsus linguae aut calami*, ou de mera distração do juiz, reconhecível à primeira vista. Sempre que o suposto erro constitui o resultado consciente da aplicação de um critério ou de uma apreciação do juiz, ainda que inócua, não haverá erro material no sentido que a expressão é usada pela disposição em exame, de modo que sua eventual correção deve ser feita por outra forma, notadamente pela via recursal" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Rio de Janeiro: Forense, 2003, Volume IV, p. 301). Na mesma linha, o escólio de EDUARDO TALAMINI: "O erro material reside na *expressão* do julgamento, e não no julgamento em si ou em suas premissas. Trata-se de uma inconsistência que pode ser clara e diretamente apurada e que não tem como ser atribuída ao *conteúdo do julgamento* – podendo apenas ser imputada à forma (incorreta) como ele foi exteriorizado" (**in** Coisa Julgada e sua Revisão, RT, 2005, p. 527).

A obscuridade, por sua vez, verifica-se quando há evidente dificuldade na compreensão do julgado. Ocorre quando há a falta de clareza do **decisum**, daí resultando a ininteligibilidade da questão decidida pelo órgão judicial. Em última análise, ocorre a obscuridade quando a decisão, no tocante a alguma questão importante, soluciona-a de modo incompreensível. É o que leciona VICENTE GRECO FILHO:

"A obscuridade é o defeito consistente na difícil compreensão do texto da sentença e pode decorrer de simples defeito redacional ou mesmo de má formulação de conceitos. Há obscuridade quando a sentença está incompreensível no comando que impõe e na manifestação de conhecimento e vontade do juiz. A obscuridade da sentença como os demais defeitos corrigíveis por meio de embargos de declaração prejudicando a inteligência da sentença prejudicará a sua futura execução.

A dúvida é o estado de incerteza que resulta da obscuridade. A sentença claramente redigida não pode gerar dúvida" (**in** Direito Processual Civil Brasileiro, vol. 2, São Paulo: Saraiva, 2000, p. 241).

Infere-se, portanto, que, não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao re julgamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do **decisum**, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou

erro material. Não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

**In casu**, quanto ao cerne do inconformismo recursal, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, não há qualquer omissão, contradição ou obscuridade a justificar a interposição dos presentes Embargos de Declaração, tendo a decisão sido clara ao decidir que: a parte recorrente não infirmou fundamento suficiente à manutenção do aresto atacado, pelo que incide a Súmula 283/STF; o acolhimento da pretensão recursal exigiria a consideração do acervo probatório do feito acerca da Dissertação de Mestrado da autora, o que esbarra na Súmula 7/STJ.

Deve-se ressaltar que, seja à luz do CPC/73 ou do CPC vigente, os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO STJ N. 12/2009. OMISSÃO. ACOLHIMENTO.

1. **Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.**
2. Embargos declaratórios acolhidos sem efeitos infringentes" (STJ, EDcl nos EDcl na Rcl 28.977/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 11/03/2016).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. **Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.**
2. **No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.**
3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Convocada do TRF/3ª Região), PRIMEIRA

# *Superior Tribunal de Justiça*

SEÇÃO, DJe de 04/03/2016).

Pelo exposto, à míngua de vícios, **rejeito** os Embargos Declaratórios.

I.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora